

Anexo III – Conteúdo Programático e Bibliografia Sugerida por Cargo Público

Observação: Considerar-se-á a legislação vigente, incluindo alterações e atualizações, legislações complementares, súmulas, jurisprudência e/ou orientações jurisprudenciais, até a data da publicação do Aviso de Abertura de Inscrições.

CONHECIMENTOS GERAIS - LÍNGUA PORTUGUESA CARGOS DE NÍVEL ESCOLAR MÉDIO E TÉCNICO

Conteúdos Programáticos:

Análise global do texto. Ortografia. Relações entre fonemas e grafias. Acentuação gráfica. Morfologia: estrutura e formação de palavras. Classes de palavras e seu emprego. Flexões: gênero, número e grau do substantivo e adjetivo. Sintaxe: Termos da oração. Processos de coordenação e subordinação. Equivalência e transformação de estruturas. Discurso direto e indireto. Concordância nominal e verbal. Regência verbal e nominal. Crase. Pontuação. Interpretação de textos: variedade de textos e adequação de linguagem. Figuras e funções da linguagem. Estruturação do texto e dos parágrafos. Informações literais e inferências. Estruturação do texto: recursos de coesão. Significação contextual de palavras e expressões.

Bibliografia Sugerida:

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
CASTILHO, Ataliba T. de. Nova Gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.
CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Nacional, 2012.
CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. Gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
LEDUR, Paulo F. Guia Prático da Nova Ortografia. Porto Alegre: Age, 2009.
MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português instrumental – De acordo com as atuais normas da ABNT. 29ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CONHECIMENTOS GERAIS - LEGISLAÇÃO PARA TODOS OS CARGOS

Conteúdos Programáticos:

Constituição da República Federativa do Brasil. Lei de Acesso à informação. Lei Maria da Penha. Estatuto Nacional da Igualdade Racial. Estatuto Estadual da Igualdade Racial. Estatuto do Idoso. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Lei Orgânica do Município de Bento Gonçalves. Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bento Gonçalves. Plano de carreira Municipal. Regime Previdência Social do Servidor de Bento Gonçalves.

Bibliografia Sugerida:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil e Emendas. Brasília: Senado Federal, 1988.
_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2011 e alterações.
_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências e alterações.
_____. Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003 e alterações.
_____. Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2003 e alterações.
_____. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990 e alterações.
_____. Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Brasília: Senado Federal, 2018 e alterações.
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 13.694, de 19 de janeiro de 2011. Institui o Estatuto Estadual da Igualdade Racial e dá outras providências e alterações.
BENTO GONÇALVES. Lei Orgânica do Município de Bento Gonçalves e atualizações.

_____ Lei Complementar nº. 75, de 22 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências e alterações.

_____ Lei complementar nº 76, de 22 de dezembro de 2004. Dispõe sobre os Quadros de Cargos e Funções Públicas do Município, estabelece o plano de carreira dos servidores e dá outras providências, e suas alterações.

_____ Lei Ordinária Nº 2819, de 30 de Junho de 1999. Institui O Fundo De Aposentadoria E Pensão Do Servidor Público Municipal De Bento Gonçalves - FAPSBENTO, institui a contribuição de custeio e dá outras providências, e suas alterações.

CONHECIMENTOS GERAIS – RACIOCÍNIO LÓGICO CARGOS DE NÍVEL ESCOLAR MÉDIO E TÉCNICO

Conteúdos Programáticos:

Conceitos básicos de raciocínio lógico: sentenças abertas; proposições simples e compostas; conectivos (conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional e bicondicional); negações; valores lógicos das proposições e construção de tabelas-verdade. Lógica de argumentação; Operações entre números reais (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação). Teoria dos conjuntos: operações entre conjuntos e Diagrama de Venn. Regra de três simples (direta e inversa) e composta. Razão e proporção. Porcentagem. Sistema monetário brasileiro. Sistema de medidas: comprimento, capacidade, superfície, massa e tempo (unidades e transformações de unidades). Equações e sistema de equações do primeiro grau. Equações e sistema de equações do segundo grau. Matemática Financeira: Juros simples e compostos; Taxas proporcionais e equivalentes. Estatística: Interpretação de dados (gráficos e tabelas); cálculo de medidas de tendência central: média, mediana e moda. Progressão Aritmética. Progressão Geométrica. Sequências. Matrizes. Determinantes. Análise Combinatória e Probabilidade. Aplicação dos conteúdos acima listados na resolução de problemas.

Bibliografia Sugerida:

DANTE, Luiz Roberto. Projeto Teláris Matemática – Fundamental II – 6o ao 9o ano. 2a Ed. Editora Ática. 2015.
IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel et al. Fundamentos de matemática elementar. Volume 11. São Paulo: Atual, 2013.
IEZZI, Gelson [et al.]. Matemática ciências e aplicações. Volume 1. 3a edição. São Paulo: Saraiva, 2018.
MORAIS, José L. Matemática e lógica para concursos. São Paulo: Saraiva: 2012.
QUILELLI, Paulo. Raciocínio Lógico Matemática – Teoria e Questões – 3a edição. Saraiva, 2015.
SÉRATES, Jonofon. Raciocínio lógico – volume I. Ed. Jonofon Sérates, [s.d.].

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO

Conteúdo Programático:

Legislação de Trânsito: Do Sistema Nacional do Trânsito. Das Normas Gerais de Circulação e Conduta. Condução de Veículos por Motorista Profissional. Dos Pedestres e Condutores de Veículos não Motorizados. Dos Equipamentos Obrigatórios. Do Cidadão. Da Educação Para o Trânsito. Da Sinalização de Trânsito. Dos Veículos. Veículos; tipificação, uso urbano e rural, coletivos, transporte de carga. Habilitação. Infrações. Crimes de trânsito. Fiscalização de trânsito. Medidas administrativas. Do Registro de Veículos. Do Licenciamento. Da Habilitação. Das Infrações. Das Penalidades e Multas. Das Medidas Administrativas. Do Processo Administrativo. Dos Crimes de Trânsito. Dos Recursos. Conceitos e Definições. Sinalização de regulamentação. Sinalização de advertência. Noções de primeiros socorros no trânsito. Direção defensiva. Transporte de passageiros e de cargas perigosas (materiais biológicos). Noções básicas de mecânica automotiva; pneus, componentes e sistemas (escapamento, freio de estacionamento, transmissão, embreagem, freio motor, etc.), equipamentos de proteção e segurança, proteção no meio ambiente, controle de emissões poluentes. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. Uso de extintores e de equipamentos de segurança e sinalização em vias de trânsito.

Bibliografia Sugerida:

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Código de Trânsito Brasileiro e suas alterações.
CONTRAN. Resoluções de Trânsito vigentes.
SENATRAN. Resoluções de Trânsito vigentes.
_____. Manual brasileiro de fiscalização de trânsito Volumes I e II. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-denatran/publicacoes-senatran>
_____. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, Volume I - Sinalização Vertical de Regulamentação. Brasília: CONTRAN, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-denatran/publicacoes-senatran>
_____. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, Volume II - Sinalização Vertical de Advertência. Brasília: CONTRAN, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-denatran/publicacoes-senatran>

Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, Volume III - Sinalização Vertical de Indicação. Brasília: CONTRAN, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-denatran/publicacoes-senatran>

_____. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, Volume IV - Sinalização Horizontal. Brasília: CONTRAN, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-denatran/publicacoes-senatran>

Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, Volume V - Sinalização Semafórica. Brasília: CONTRAN, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-denatran/publicacoes-senatran>

Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, Volume VII - Sinalização Temporária Brasília: CONTRAN, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-denatran/publicacoes-senatran>

NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS NO TRÂNSITO. São Paulo: ABRAMET, 2005. Disponível em: https://www.abramet.com.br/files/cartilha_primeiros_socorros.pdf

Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho em especial:

NR-6 – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

NR-11 – TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO, ARMAZENAGEM E MANUSEIO DE MATERIAIS.

NR-12 – SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

NR-20 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO COM INFLAMÁVEIS E COMBUSTÍVEIS

NR-26 - SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA.

NR-28 - FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES.

Manuais dos fabricantes de veículos automotivos/automotores com recomendações para usuários.

Programas de Manutenção preventiva e periódica em veículos de transporte de passageiros.

Programas de Manutenção preventiva e periódica em veículos de transporte de cargas.

Manuais de mecânica básica automotiva.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS AGENTE TRIBUTÁRIO

Conteúdo Programático:

Dos Crimes Contra a Ordem Tributária. Dos Crimes Contra a Economia e as Relações de Consumo. Direito Tributário. Tributos. Contribuintes. Responsáveis. Fato Gerador. Exceções à regra de tributar. Obrigações. Competências de tributar. Responsabilidade na gestão fiscal. Lei de Improbidade Administrativa: Capítulo II – Dos Atos de Improbidade Administrativa. Capítulo III – Das Penas. Constituição da República Federativa do Brasil: Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Da Tributação e Orçamento. Lei Orgânica do Município. Código Tributário Municipal.

Bibliografia Sugerida:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 11. Da Tributação e Orçamento - Art. 145 a 169).

_____. Lei Complementar nº 116/2003 - Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências e suas alterações.

_____. Lei nº 5.172/1966 - Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios e suas alterações.

_____. Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990. Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências e suas alterações.

_____. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa e suas alterações.

BENTO GONÇALVES. Lei Orgânica Municipal e suas alterações.

_____. Lei Complementar nº 183, de 27 de dezembro de 2013. Dispõe sobre o sistema tributário municipal e estabelece normas gerais suplementares em matéria de legislação tributária no município de Bento Gonçalves e suas alterações.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ALMOXARIFE

Conteúdo Programático:

Administração de Estoques. Administração de Produção e Operações. Contabilidade Básica. Sistemas de Inventário. Organização, Sistemas e Métodos. Suprimento, distribuição e organização de materiais de acordo com as particularidades e especificidades dos produtos, materiais e insumos. Condições especiais de estocagem e armazenamento. Movimentação, recepção, conferência, expedição e distribuição interna de materiais e produtos. Tipos de carros de transporte. Embalagens. Segurança e higiene no trabalho. Uso de uniforme e de equipamentos de proteção individual e coletivos. Leitura de símbolos de capacidade de empilhamento, resistência mecânica, à umidade e ao calor.

Bibliografia Sugerida:

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
NBR – 7500 Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos.
Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial:
NR-6 –Equipamentos de proteção individual - EPI
NR-11 –Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais.
BENTO GONÇALVES. LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES.
CORRÊA, Henrique L. Administração de produção e de operações: o essencial. 3. São Paulo: Atlas 2017.
CORRÊA, Henrique Luiz. Administração de produção e operações. 4. São Paulo: Atlas 2017.
CURY, Antonio. Organização e métodos: uma visão holística. 9. Rio de Janeiro: Atlas 2016.
FENILI, Renato Ribeiro. Gestão de Materiais / Renato Ribeiro Fenili; revisor Ciro Campos Christo Fernandes. Brasília: ENAP, 168 p. (Enap Didáticos, Nº 1). 2015. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2268/1/Enap%20Did%C3%A1ticos%20-%20Gest%C3%A3o%20de%20Materiais.pdf>
GONÇALVES, Paulo Sérgio. Administração de materiais. 6. São Paulo: GEN Atlas 2020.
LAURINDO, Alisson Marcelo; TEIXEIRA, Alex Volnei. A logística na administração pública: conceitos e métodos. Editora Intersaberes, 2014
MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 12. Rio de Janeiro: Atlas 2018.
MARTINO, Agnaldo. Português: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva. 8. São Paulo: Saraiva 2019.
PAOLESCHI, Bruno. Almoxarifado e gestão de estoques. 3. São Paulo: Erica 2019.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Administração pública: foco na otimização do modelo administrativo. São Paulo, SP: Atlas, 2014.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial. 21. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Administração de processos: conceitos, metodologia e práticas. 6. São Paulo: Atlas 2019.
POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística. 7. São Paulo: Atlas 2015.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ASSESSOR ADMINISTRATIVO

Conteúdo Programático:

Administração Geral. Funções do Processo Administrativo. Pensamento sistêmico Administração de Serviços. Administração de Materiais. Administração de Produção e Operações. Administração Pública. Comportamento Organizacional. Redação Oficial. Contabilidade Básica. Gestão de Recursos Humanos. Gestão de Pessoas. Organização, sistemas e métodos. Lei Orgânica Municipal. Planejamento Estratégico Governamental.

Bibliografia Sugerida:

BENTO GONÇALVES. LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES.
CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos. 8. Barueri: Manole 2016.
CHIAVENATO, Idalberto. Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações. 4. São Paulo: Atlas 2021.
CORRÊA, Henrique L. Administração de produção e de operações: o essencial. 3. São Paulo: Atlas 2017.
CURY, Antonio. Organização e métodos: uma visão holística. 9. Rio de Janeiro: Atlas 2016.
DUTRA, Joel Souza Et Al. Gestão de pessoas em empresas e organizações pública. São Paulo: Atlas 2019.
FITZSIMMONS, James A. Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação. 7. Porto Alegre: AMGH 2014.
MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 12. Rio de Janeiro: Atlas 2018.
MARTINO, Agnaldo. Português: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva. 8. São Paulo: Saraiva 2019.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Administração pública: foco na otimização do modelo administrativo. São Paulo, SP: Atlas, 2014.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial. 21. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Administração. São Paulo: Atlas 2019.
POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística. 7. São Paulo: Atlas 2015.
ROBBINS, Stephen P.; Judge, Tim; Sobral, Filipe. Comportamento Organizacional - 14ª edição. Editora Pearson, 2011
SOBRAL, Filipe; Peci, Alketa. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. Editora Pearson, 2013.
TONI, Jackson de. O planejamento estratégico governamental: reflexões metodológicas e implicações na gestão pública. Editora Intersaberes, 2016.

BENTO GONÇALVES. Lei Orgânica do Município de Bento Gonçalves e atualizações.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ASSISTENTE DE ATIVIDADES CULTURAIS

Conteúdos Programáticos:

Cultura e civilização. Estudos culturais. Cultura e meios de comunicação. Cultura Brasileira. História e memória. Documento e monumento. Patrimônio cultural. Patrimônio material e imaterial. Educação Patrimonial. Museificação do patrimônio. Acervos, e bens culturais. Conservação preventiva em arquivos, bibliotecas e museus. Projetos Culturais. Mecanismos de incentivo à cultura. Noções básicas de registro, classificação, catalogação e inventário de coleções. Fotografia e reprodução de documentos.

Bibliografia Sugerida:

- ABREU, Regina. A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Lapa / Rocco, 1996.
- ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA DE PORTINARI. Documentação e conservação De acervos museológicos: diretrizes. São Paulo: Brodowski, 2010. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Documentacao_Conservacao_Acervos_Museologicos.pdf.
- BERTOLETTI, Esther Caldas. Como fazer programas de reprodução de documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf7.pdf.
- BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências e suas alterações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm.
- _____. Instituto do Programa Monumenta. Ministério da Cultura. Manual de elaboração de Projetos de preservação do patrimônio cultural. Brasília, 2005. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec1_Manual_de_Elaboracao_de_Projetos_m.pdf.
- _____. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências e suas alterações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm.
- _____. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências e suas alterações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm.
- CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Cláudia. Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf.
- CHOAY, Françoise. O patrimônio em questão: antologia para um combate. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Patrimônio imaterial. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Patrimônio material. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>
- KOSSOY, Boris. Fotografia e história. 5. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. 7. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- MARTINS, Nelson. Fotografia: da analógica à digital. Rio de Janeiro: Senac, 2014.
- MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. Introdução aos estudos culturais. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Tutela do patrimônio cultural brasileiro: doutrina jurisprudência, legislação. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. A danação do objeto: o museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.
- RIBEIRO, Wagner Costa; ZANIRATO, Sílvia Helena. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 251-262, abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbh/a/NwJwRjnrD9RKZ5pNNvYJTZf/?format=pdf&lang=pt>.
- VARINE, Hugues de. As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento social. Porto Alegre: Medianiz, 2013.
- WILLIAMS, Raymond. Cultura e materialismo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Conteúdo Programático:

Desenvolvimento infantil. Rotina e organização na educação infantil. Educação inclusiva. Adaptação à escola. Acolhimento. Resolução de conflitos. Recreação. Jogos e brincadeiras. Prevenção de acidentes e primeiros socorros. Hábitos de higiene e saúde. Alimentação escolar. Segurança no ambiente escolar. Base Nacional Comum Curricular. Diretrizes e Bases da Educação(LDB).

Bibliografia Sugerida:

ARAUJO, Aloisio Pessoa de (Coord.). Aprendizagem infantil: abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2011.

BRASIL. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Ministério da Educação e suas alterações. Brasília: 2017.

_____. LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e suas alterações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

CLAUDIUS; CECCON, Jovelina Protasio (Coord.). A creche saudável: educação infantil de qualidade. Porto Alegre: Artmed, 2000.

FOCHI, Paulo. Afinal, o que os bebês fazem no berçário?: comunicação, autonomia e saber-fazer de bebês em um contexto de vida coletiva. Porto Alegre: Penso, 2015.

HOFFMANN, Jussara; SILVA, Maria Beatriz Gomes da (Org.). Ação educativa na creche. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

LUZ, Iza Rodrigues da. Agressividade na primeira infância: um estudo a partir das relações estabelecidas pelas crianças no ambiente familiar e na creche. São Paulo: Cortez, 2008.

MALUF, Ângela Cristina Munhoz. Atividades lúdicas para educação infantil: conceitos, orientações e práticas. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MINOZZO, Edson Leandro; ÁVILA, Ednaides Pereira de. Escola segura: prevenção de acidentes e primeiros socorros. Porto Alegre: AGE, 2006.

RANGEL, Mary (org.). Supervisão e gestão na escola: conceitos e práticas de mediação. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

RAPOPORT, Andrea. Adaptação de bebês à creche: a importância da atenção de pais e educadores. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

SARMENTO, Dirléia Fanfa; RAPOPORT, Andrea; FOSSATTI, Paulo (Org.). Psicologia e educação: perspectivas teóricas e implicações educacionais. Canoas, RS: Salles, 2008.

SIMON, Sarina. 101 maneiras divertidas para desenvolver a habilidade de raciocínio e a criatividade do seu filho. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2000.

YOGI, Chizuko. Aprendendo e brincando com jogos. 9. ed. Belo Horizonte: Editora Fapi Ltda, 2010.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
AUXILIAR DE FARMÁCIA**

Conteúdo Programático:

Ética da profissão farmacêutica. Cálculos farmacêuticos. Assistência farmacêutica. Sistemas de distribuição de medicamentos. Dispensação de medicamentos. Organização de almoxarifados. Controle de estoques de medicamentos e materiais de consumo. Controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos. Vigilância sanitária e conhecimentos de medicamentos genéricos, de medicamentos estratégicos e excepcionais. URM (Uso Racional de Medicamentos). Farmacologia. Farmacotécnica. Biossegurança. Legislação na área da Saúde.

Bibliografia Sugerida:

Allen LV Jr, Popovich NG, Ansel HC. Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 9 ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

Ansel H, Prince SJ. Manual de cálculos farmacêuticos. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ANVISA. RDC n. 44, de 17 de agosto de 2009. Dispõe sobre as Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.

Bisson MP. Farmácia clínica e atenção farmacêutica. São Paulo: Manole, 2016.

BRASIL. Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências e suas alterações.

Gomez R, Torres ILS. Farmacologia Clínica. 1ª. Edição, Rio de Janeiro. Elsevier, 2017.

GONÇALVES, Edwar Abreu. Manual de segurança e saúde no trabalho. São Paulo: LTr, 2015.

Gomez R, Torres ILS. Farmacologia Clínica. 1ª. Edição, Rio de Janeiro. Elsevier, 2017.

Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas.

Resolução No. 596 de 21 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre o Código de Ética da Profissão Farmacêutica. BRASIL.

RDC 44 de 2009 (ANVISA). Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.

STORPITIS, S.; MORI, A. L. P. M.; YOCHIY, A.; RIBEIRO, E.; PORTA, V. Farmácia clínica e atenção farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

WHALEN K. Farmacologia Ilustrada. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS AUXILIAR DE LABORATÓRIO

Conteúdos Programáticos:

Ética da Profissão farmacêutica. Princípios gerais dos métodos laboratoriais. Coleta, acondicionamento e preparação de amostras biológicas. Biossegurança. Correlação clínico-laboratorial de patologias diagnosticadas por testes laboratoriais relacionados às áreas de hematologia, bioquímica, microbiologia, endocrinologia ou imunologia. Controle de qualidade em laboratórios de análises clínicas.

Bibliografia Sugerida:

BAIN, B. Células sangüíneas. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica.

BRASIL. _____. Ministério da Saúde. Biossegurança em laboratórios biomédicos e de microbiologia. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/biosseguranca_laboratorios_biomedicos_microbiologia.pdf

BURTON, G.R.W. Microbiologia Para Ciências da Saúde. 9ª Ed. Guanabara Koogan, 2012.

FAILACE R. Hemograma - Manual de Interpretação. 6 ed. Porto Alegre: Artmed. 2015.

FERREIRA, W.; ÁVILA, S. Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas autoimunes. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

HENRY, B.J. Clinical diagnosis and management by laboratory methods. 23 ed. Elsevier. 2017.

KONEMAN, E.W. Diagnóstico Microbiológico - Texto e Atlas Colorido. 6ª Ed. Guanabara Koogan, 2010.

MOURA, R.A. Técnicas de laboratório . 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2006.

MURRAY, Patrick R. et al. Microbiologia médica. 8 ed. Elsevier. 2017.

ROITT, I.M. Fundamentos de Imunologia - 12ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

STRASINGER SK, DI LORENZO MS. Uroanálise e fluídos biológicos. 5 ed. São Paulo: Livraria Medica Paulista LMP, 2009.

XAVIER, R.M.; ALBUQUERQUE, G.C.; BARROS, E. Laboratório na prática clínica – Consulta rápida. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS AUXILIAR DE ODONTOLOGIA

Conteúdo Programático:

Arcabouço legal do Sistema Único de Saúde. Estratégia da Saúde da Família. Atenção básica. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal. Atribuições do Técnico de Saúde Bucal. Equipamentos e aparelhos odontológicos. Materiais dentários. Anatomia das dentições. Sistema de numeração dentária. Morfologia dentária. Fundamentos básicos de emergências. Doenças infectocontagiosas. Transmissão de doenças. Resíduos de saúde, meio ambiente e sustentabilidade. Manutenção de equipamentos odontológicos. Ergonomia aplicada à odontologia. Promoção de saúde bucal. Noções de microbiologia e agentes infecciosos. Odontologia legal e odontologia do trabalho. Saúde coletiva. Administração e noções de gestão odontológica. Ética profissional. Instrumental odontológico. Prevenção de doenças bucais. Cárie dentária. Patologia oral. Doenças periodontais. Radiologia. Biossegurança. Segurança ocupacional. Uso de fluoretos no Brasil.

Bibliografia Sugerida:

BIRD, D. L.; ROBINSON, D. S. Fundamentos em Odontologia para TSB e ASB. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BORGES, L. C. ASB e TSB - Formação e Prática da Equipe Auxiliar - 1ª EDIÇÃO. Rio de Janeiro. Elsevier, 2015.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde e atualizações. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990.

_____. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2017

_____. Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, e suas alterações. Regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal - TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal - ASB.

_____. Ministério da Saúde. Guia de recomendações para o uso de fluoretos no Brasil (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Diretrizes da política nacional de saúde bucal. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Serviços Odontológicos: Prevenção e Controle de Riscos. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

DOS SANTOS, William Nívio; COIMBRA, Juan Luis. Auxiliar em Saúde Bucal (ASB). Editora Rubio, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE/ AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução da diretoria colegiada - rdc nº 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CUIDADOR

Conteúdos Programáticos:

Desenvolvimento da criança e do adolescente. Aprendizagem na infância e na adolescência. Dinâmica institucional. Assistência a crianças e adolescentes em situação de abrigo. Violência e maus tratos. Atendimento socioeducativo. Noções de assistência e desenvolvimento social. Processo de desligamento. Ludicidade, jogos e brincadeiras. Organização da rotina, dos tempos, dos ambientes e dos espaços físicos. Acolhimento, adaptação, cuidado e zelo. Cuidados com saúde, higiene pessoal, alimentação e repouso. Alimentação saudável. Prevenção de Acidentes e Primeiros socorros. Educação Inclusiva e a Política Nacional de Educação Especial. Preservação e cuidado dos espaços físicos. Limpeza, manutenção, higiene e segurança nas dependências e instalações. Saúde e segurança no trabalho. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estatuto da Criança e do Adolescente. Direitos da Criança e do Adolescente.

Bibliografia Sugerida:

ANVISA. Cartilha sobre boas práticas para serviços de alimentação. Brasília. 3. ed.

Disponível

em:

<file:///C:/Users/quele/Downloads/Cartilha%20Boas%20Pr%C3%A1ticas%20para%20Servi%C3%A7os%20de%20Alimentação%20C3%A7%C3%A3o.pdf>

BRASIL. Alimentação Saudável e sustentável. Brasília, 2009. Disponível

em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=611-alimentacao-saudavel&Itemid=30192

_____. Caderno de Atenção Básica nº 08: Violência intrafamiliar - orientações para a prática em serviço. Brasília, 2002. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf

_____. Caderno de atenção básica nº 33. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília, 2012. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_crescimento_desenvolvimento.pdf

BRASIL. Coleção Proinfantil. Módulo III. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012773.pdf>

_____. Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos. Brasília, 2017. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepcao_fortalecimento_vinculos.pdf

_____. Decreto 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm

_____. Higiene e segurança nas escolas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/higiene.pdf>

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm

_____. Organização e operação de cozinhas escolares. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/14_cozinhas.pdf

_____. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf

_____. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescente_s%20.pdf

DORNELLES, Leni Vieira. Na escola Infantil todo mundo brinca se você brinca. In: CRAIDY, Carmen Maria e KAERCHER, Gladis Elise P. da Silva (orgs). Educação Infantil pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

FORTUNA, T. R. Sala de aula é lugar de brincar? In: XAVIER, M. L. M. e DALLA ZEN, M. I. H. (org.) Planejamento em destaque: análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, 2000. (Cadernos de Educação Básica, 6) p. 147-164. Disponível em: https://brincarbrincando.pbworks.com/f/texto_sala_de_aula.pdf

FRANCO, Marcia Elisabete Wilke. Compreendendo a infância como uma condição da criança. Porto Alegre: Mediação, 2002.

MONTEIRO, Paula Danielle Souza. Crianças em Acolhimento Institucional: Percepções relativas à estrutura e dinâmica de suas famílias. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/bitstream/2011/11331/1/Dissertacao_CriançasAcolhimentoInstitucional.pdf

MOYLES, Janet. *A Excelência do Brincar*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ROSA, Edinete Maria; RANGEL, Célia Regina; MATOS, Jallana Rios. SANTOS Jamile Rajab. O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. UFES, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/QVVHczLbvV4X73CyBRQpPbH/?lang=pt&format=pdf>

SANTOS, Ana Cláudia Ribeiro dos. O acolhimento institucional de crianças e adolescentes: protege ou viola? Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5144/1/000436231-Texto%2BCompleto-0.pdf>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EDUCADOR SOCIAL

Conteúdos Programáticos:

Direitos Constitucionais: Princípios Fundamentais, Direitos e Garantias Fundamentais (Dos direitos e deveres individuais e coletivos e Dos direitos sociais). Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto da Juventude. Estatuto do Idoso. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Política Nacional de Assistência Social e Sistema Único de Assistência Social. Organização da Assistência Social. Violência doméstica e familiar contra mulher. Violência Intrafamiliar. Sistema Único de Saúde. Família: configurações atuais, função protetiva, convivência e fortalecimento de vínculos. Habilidades e competências para o trabalho do educador social: acolhimento, diálogo, abordagem com famílias, vínculos, trabalho em equipe, atendimento socioeducativo, manejo de conflitos.

Bibliografia Sugerida:

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller. (org.). *Família: Redes, Laços e Políticas Públicas*. 6ed. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Dos princípios fundamentais (1º a 4º); Dos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º); Dos direitos sociais (art. 6º a 8º).

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, 1990.

_____. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências e dá outras providências, 1990.

_____. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências, 1993.

_____. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. 2003.

_____. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, (...) e dá outras providências, 2006.

_____. Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. 2011.

_____. Lei 12.852, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. 2013.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015.

_____. Caderno de Atenção Básica nº 08: Violência intrafamiliar - orientações para a prática em serviço. Brasília, 2002. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf

_____. Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepcao_fortalecimento_vinculos.pdf

_____. Plano nacional de atendimento socioeducativo. Brasília, 2013. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/conanda/sinase_plano_decenal_2013_2022_consulta_publica.pdf

_____. Política Nacional da Assistência Social e Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

LEDERACH, John Paul. *Transformação de conflitos*. São Paulo: Palas Athena, 2012.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; PINTO, Regina P. (Org.). *Acesso aos direitos sociais: infância, saúde, educação, trabalho*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2010.

ROSENBERG, Marshall. Comunicação não violenta. São Paulo: Ágora, 2006.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

Conteúdo Programático:

Conjunto da Legislação Municipal que trata das regras de tributação, da realização de obras e de ocupação do solo urbano e rural e das regras relativas a posturas no município de Bento Gonçalves, incluindo suas complementações, atualizações e regulamentações. Os Códigos Municipais que regulamentam estes temas, como Código Tributário, Código de Posturas, Código de Obras, que estabelecem as formas de relação dos cidadãos, empresas, comércio, indústria e serviços com o Município. Conjunto da Legislação Estadual e Federal que estabelece as bases dos atos fiscalizatórios bem como as prerrogativas e responsabilidades do Fiscal. Legislação tributária, análise de contas, recolhimento de impostos, taxas e emolumentos. Tipificação de estabelecimentos de acordo com o Código tributário do Município. Penalidades e sanções. Tramitação de processos. Análise documental e de declarações. Declarações, permissões e restrições municipais para instalação e operação de atividades. Uso do solo. Licenças de localização e Alvarás de funcionamento. Procedimentos de vistoria. Declaração Municipal. Índices de compatibilidade para edificar. Taxa de ocupação. Conhecimento básico para análise de projetos de Arquitetura e Engenharia. Planejamento urbano e ocupação do solo. Condicionantes. Licença para construção e demolição. Aprovação de projetos. Condições Gerais das Edificações. Classificação dos compartimentos. Elementos básicos de projeto - Plantas. Cortes. Fachadas. Desenho de arquitetura - Símbolos e Convenções Nomenclatura das partes construtivas de edificações (fundações, telhados, esquadrias, pavimentação, etc.). Ligação das edificações às redes públicas de abastecimento. Alinhamento. Recuos. Segurança no trabalho (NRs). Segurança das edificações (sistemas de prevenção e combate à incêndio). Responsabilidades dos munícipes e do poder público em relação aos próprios municipais, uso de parques, jardins, cuidado com a vegetação, monumentos, prédios e outros equipamentos de uso do cidadão. Crimes e infrações contra o meio ambiente. Higiene e saúde sanitária; boas práticas para processos e procedimentos de produção, embalagem, exposição, armazenagem e comercialização de produtos de alimentação, medicamentos e outros produtos e insumos de interesse para a saúde pública. Boas práticas na manipulação de alimentos e utensílios. Atendimento ao público. Sistemas de material. Sistemas de registro e informação de prontuários, assim como aspectos legais dos mesmos. Redação Oficial. Práticas administrativas. Bem estar animal. Legislação Sanitária. Direito Sanitário. Segurança no trabalho. Processo administrativo, aplicação de sanções, fatos geradores, elementos atenuantes e agravantes, recursos e ações complementares.

Bibliografia Sugerida:

Conjunto da Legislação Municipal, Estadual e Federal que estabelecem os direitos e obrigações de cada parte da relação do cidadão com o poder público Municipal.

BENTO GONÇALVES. Lei Complementar nº 6, de 15 de julho de 1996. Institui o código de edificações de Bento Gonçalves e dá outras providências e suas alterações.

_____. Lei Municipal nº 313, de 04 de outubro de 1969. Institui Código de Posturas do Município e dá outras providências e suas atualizações.

_____. Lei Complementar nº 56, de 17 de maio de 2002. Institui o código municipal de limpeza urbana de Bento Gonçalves e dá outras providências e suas alterações.

_____. Lei Complementar nº 200, de 27 de julho de 2018. Dispõe sobre a ordenação territorial do município de Bento Gonçalves e sobre a política de desenvolvimento municipal e de expansão urbana, aprova o plano diretor municipal e dá outras providências, e suas alterações.

_____. Lei Orgânica do Município de Bento Gonçalves e suas alterações.

_____. Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências e alterações. Brasília, 1998.

_____. Decreto 6.514, de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências e alterações.

_____. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências e alterações.

_____. Decreto Federal nº 6514/2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e alterações. Brasília, 2008.

Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

NR-3 - Embargo ou Interdição.

NR-6 - Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

NR-7 - Programação de controle médico de saúde ocupacional.

NR-8 – Edificações.

NR-11 – Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais.

NR-12 -Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos.

NR-18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção.

NR-35 – Trabalho em altura.

ABNT - NBR 6492 - Representação de projetos de arquitetura.

____ NBR 6118 - Projeto e execução de obras em concreto armado.

____ NBR 5626. Instalações prediais de água fria e água quente.

____ NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

____ NBR 9077. Saídas de emergência em edifícios.

____ NBR 10004-Resíduos sólidos/Classificação.

AZEREDO, Hélio Alves de. O edifício até sua cobertura. São Paulo: Edgar Blücher, 2002.

BAUER, L. A Falcão. Materiais de construção. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

COMASTRI, José Aníbal; GRIPP JUNIOR, Joel. Topografia aplicada: medição, divisão e demarcação. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2002.

CREDER, Hélio. Instalações hidráulicas e sanitárias. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

____. Instalações elétricas. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

Cartilha de Reciclagem de lixo. Disponível em: <http://www.prohomeimoveis.com.br/prohome-ambiental/cartilha-reciclagem-de-lixo/>

GOMIDE, T., PUJADAS, F., FAGUNDES NETO, J. Técnicas de inspeção e manutenção predial. São Paulo: Ed.Pini, 2006.

Lei de Responsabilidade Fiscal e Alterações (Lei Complementar nº 101/2000): definição e considerações gerais; planejamento, receita, despesa, transparência e controle da gestão fiscal.

FIPECAFI. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as Sociedades, de acordo com as Normas Internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2013.

MATARAZZO, Dante C. Análise Financeira de Balanços. São Paulo: Atlas, 2010

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP - 8ª

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS FISCAL DO MEIO AMBIENTE

Conteúdo Programático:

Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e sua estrutura. Compressão sobre legislação ambiental em âmbito federal, estadual e municipal. Responsabilidade ambiental (administrativa, civil e penal). Licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras. Controle de emissões atmosféricas de fontes fixas e móveis. Gerenciamento de Resíduos sólidos. Política Nacional de Recursos Hídricos. Usos múltiplos de águas. Controle e parâmetros de emissão de efluentes líquidos. Responsabilidade ambiental de áreas contaminadas. Florestas. Licenciamento ambiental municipal.

Bibliografia Sugerida:

BENTO GONÇALVES. Decreto nº 10.245 de 17 de julho de 2019. Dispõe sobre o licenciamento ambiental municipal e suas alterações.

BRASIL. LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm

____. LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 – *Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm

____. LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm

____. DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008 - *Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm

____. LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011 - Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp140.htm

____. DECRETO Nº 10.936, DE 12 DE JANEIRO DE 2022 - Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D10936.htm#art91

____. LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm

LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as

Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112651.htm

CONAMA. RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1997 - Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <http://conama.mma.gov.br/atos-normativos-sistema>

_____. RESOLUÇÃO CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986 - Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Disponível em: <http://conama.mma.gov.br/atos-normativos-sistema>

_____. RESOLUÇÃO N. 491, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018- "Dispõe sobre padrões de qualidade do ar. Disponível em : <http://conama.mma.gov.br/atos-normativos-sistema>

_____. RESOLUÇÃO CONAMA no 382, de 26 de dezembro de 2006 - Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas. Disponível em: <http://conama.mma.gov.br/atos-normativos-sistema>

_____. RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357/2005 - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Disponível em: <http://conama.mma.gov.br/atos-normativos-sistema>

_____. RESOLUÇÃO CONAMA Nº 430/2011 - Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Disponível em: <http://conama.mma.gov.br/atos-normativos-sistema>

_____. RESOLUÇÃO CONAMA Nº 420/2009 - Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas. Disponível em: <http://conama.mma.gov.br/atos-normativos-sistema>

_____. RESOLUÇÃO CONSEMA nº 355/2017 - Dispõe sobre os critérios e padrões de emissão de efluentes líquidos para as fontes geradoras que lancem seus efluentes em águas superficiais no Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201707/19110149-355-2017-criterios-e-padroes-de-emissao-de-efluentes-liquidos.pdf>

CONSEMA. Resolução CONSEMA N.º 372/2018 - Dispõe sobre os empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, passíveis de licenciamento ambiental no Estado do Rio Grande do Sul, destacando os de impacto de âmbito local para o exercício da competência municipal no licenciamento ambiental.

FEPAM. Portaria FEPAM Nº 87 DE 29/10/2018 - Aprova o Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos - Sistema MTR Online e dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização do Sistema no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br/mtr/>

RIO GRANDE DO SUL. Lei Nº 15434 DE 09/01/2020 - Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul.

_____. LEI Nº 14.528, DE 16 DE ABRIL DE 2014 - Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências.

_____. LEI Nº 9.519, DE 21 DE JANEIRO DE 1992 - Institui o Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/filerepository/replegis/arquivos/09_519.pdf

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS FISCAL SANITÁRIO

Conteúdo Programático:

Elementos condicionantes para a instalação e funcionamento de estabelecimentos que exigem cuidados sanitários constantes na legislação, como: Plano Diretor do Município de Bento Gonçalves. Código de Limpeza Urbana/Pública, Código de Obras e Código de Posturas Município de Bento Gonçalves. Elementos da Política de Meio Ambiente, Preservação do solo e controle ambiental do Município de Bento Gonçalves. Noções de Arquitetura e Meio Ambiente – Condicionantes para aprovação de atividades no município. Licença e Aprovação de projetos. Boas práticas para manipulação e conservação de alimentos e gêneros de alimentação. Conclusão de projetos aprovados – Procedimentos para o Recebimento das obras e instalações. Habite-se. Legislação Municipal. Lei de Zoneamento e suas alterações. Leis complementares. Condições Gerais das Edificações – Áreas mínimas e máximas para edificar. Ligações a redes públicas de água, esgoto, eletricidade, gás, telefone e de concessionárias privadas. Elementos básicos de projeto - Plantas. Cortes. Fachadas. Desenho de arquitetura - Símbolos e Convenções. Formatos para apresentação de projetos. Desenho topográfico. Projeto de Reforma e Modificação. Legislação Ambiental. Legislação de proteção ao meio ambiente. Uso de equipamentos de medição e monitoramento. Legislação de trânsito, no que se refere ao transporte de produtos de interesse à saúde. Direito urbanístico. Conceitos ambientais. Preservação e conservação ambiental. Princípios e diretrizes da Educação Ambiental. Fatores da poluição ambiental e formas de controle. Gestão ambiental municipal. Legislação ambiental e florestal. Política Nacional do meio ambiente. Direito ambiental. Crimes e infrações contra o meio ambiente. Atendimento ao público. Sistemas de material. Sistemas de registro e informação de prontuários, assim como aspectos legais dos mesmos. Redação Oficial. Práticas administrativas. Bem-estar animal. Legislação Sanitária. Direito sanitário. Análise do ambiente de trabalho. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. Programa

de Resíduos Sólidos (formas de descarte). Cores de recipientes para descarte de resíduos. Reciclagem. Acondicionamento e exposição de produtos de consumo humano e animal. Controle de pragas e vetores. Higiene. Manuseio e processamento de alimentos. Conhecimentos gerais no âmbito do descarte de materiais perigosos.

Bibliografia Sugerida:

- BENTO GONÇALVES. Lei Orgânica do Município de Bento Gonçalves e atualizações.
_____. Lei Complementar nº 200, de 27 de julho de 2018. Dispõe sobre a ordenação territorial do município de Bento Gonçalves e sobre a política de desenvolvimento municipal e de expansão urbana, aprova o plano diretor municipal e dá outras providências, e suas alterações.
_____. Lei Municipal nº 313, de 04 de outubro de 1969. Institui Código de Posturas do Município e dá outras providências e suas atualizações.
_____. Lei Complementar nº 56, de 17 de maio de 2002. Institui o código municipal de limpeza urbana de Bento Gonçalves e dá outras providências e suas alterações.
ABNT NBR 10004-Resíduos sólidos/Classificação.
_____. NBR 6492 - Representação de projetos de arquitetura.
Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial:
_____. NR-12 –Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos
_____. NR-24 –Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.
_____. NR 25 - Resíduos Industriais
ARRUDA, G. A.. Manual de higiene para manipuladores de alimentos. São Paulo; PONTO CRÍTICO; 2002.
BORGES, A.C. Prática das pequenas construções. Vol. 1. São Paulo. Editora Edgard Blücher, 2002.
BRAGA, Ricardo. Instrumentos para a gestão ambiental e de recursos hídricos. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009.
BRASIL. Cartilha sobre Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Brasília, 3ª edição. Disponível em:
http://www.anvisa.gov.br/divulga/public/alimentos/cartilha_gicra_final.pdf
BRASIL. Lei nº 6.938/1981. Estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e institui o Cadastro de Defesa Ambiental. (e alterações, regulamentação).
_____. LEI nº 6.437, DE 20 DE AGOSTO DE 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.
_____. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 1997.
_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011: Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Disponível em:
<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/maio/25/Portaria-MS-no-2.914-12-12-2011.pdf>
_____. Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990. Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de Abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências
_____. Lei nº 9.605/98 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre os crimes e infrações administrativas contra o meio ambiente. Brasília, 1998.
_____. Lei nº 9.795/1999 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999.
FIGUEIREDO, Roberto M. As armadilhas de uma cozinha. São Paulo: Manole, 2003.
HAZELWOOD, D.; MCLEAN, A. C. Manual de higiene para manipuladores de alimentos. São Paulo: Varela, 199
HARGREAVES, Lourdes; ZUANETTI, Rose; LEE, Renato et al. Qualidade em prestação de serviços. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2001.
KASPARY, Adalberto J. Redação Oficial - Normas e modelos. Rio de Janeiro: Edita, 2005.
LOPES, Angela Maria N.; LEAL, Maria Leonor de M. S.; COELHO, Cláudio Ulysses F. Técnicas de arquivo e protocolo. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1998.
PINHEIRO, Antônio Carlos Fonseca Bragança. Ciências do ambiente: ecologia, poluição e impacto ambiental. São Paulo: Makron Books, 1992.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
FISCAL TRIBUTÁRIO**

Conteúdo Programático:

Dos Crimes Contra a Ordem Tributária. Dos Crimes Contra a Economia e as Relações de Consumo. Direito Tributário. Tributos. Contribuintes. Responsáveis. Fato Gerador. Exceções à regra de tributar. Obrigações. Competências de tributar. Responsabilidade na gestão fiscal. Lei de Improbidade Administrativa: Capítulo II – Dos Atos de Improbidade Administrativa. Capítulo III – Das Penas. Constituição da República Federativa do Brasil: Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Da Tributação e Orçamento. Lei Orgânica do Município. Código Tributário Municipal.

Bibliografia Sugerida:

BRASIL. Lei Complementar n 116/2003 - Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências e alterações.

_____. Lei n 5.172/1966 - Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios; BRASIL.

Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990. Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.

_____. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 11. Da Tributação e Orçamento - Art. 145 a 169).

BENTO GONÇALVES. Lei Orgânica do Município de Bento Gonçalves.

_____. Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 183, de 27 de dezembro de 2013.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS MESTRE DE OBRAS

Conteúdo Programático:

Elementos gerais e específicos que constituem o processo de edificação civil. Instalações prediais ordinárias e especiais. Estrutura de uma edificação e seus componentes. Instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, lógica e telefonia, instalações de ventilação e ar condicionado e combate à incêndio. Representação gráfica: conhecimento dos instrumentais de Informática (Cad) para tratamento das informações e representação bidimensional, aplicados a projetos de Engenharia Civil; estudo, interpretação e representação do desenho técnico. Materiais de construção civil: estudo dos materiais, características e propriedades dos materiais, métodos de dosagem, concreto armado e controle tecnológico dos materiais e concreto. Especificações para obras de construção civil: Estudo, análise e elaboração de memoriais descritivos e cadernos de encargos. Especificações de materiais e serviços de construção civil; cronogramas físico-financeiros. Planejamento, quantificação e orçamento, (CPM: conceito, características, elementos fundamentais e aplicações e montagem) apresentação do cronograma segundo normas vigentes. Técnicas e práticas construtivas; Sistemas de construção civil: processos construtivos referentes aos sistemas da construção civil, nas suas principais etapas: infraestrutura, superestrutura e acabamentos. Conhecimento das normas de projeto para dimensionamento de ambientes e espaços públicos para o conforto antropométrico, tátil e visual de seus usuários (universal design). Segurança e Saúde na Construção Civil, Higiene e Segurança do Trabalho. Topografia: elementos fundamentais, interpretação de desenhos de topografia. Mecânica dos Solos e tipos de fundações. Patologia e Manutenção das Construções. Conhecimentos gerais de condução e acompanhamento das etapas de uma obra, encaminhamento das etapas de acordo com cronograma físico financeiro. Medições e cronograma de desembolso de uma obra. Higiene e segurança no trabalho. Código de edificações. Código de Posturas do município de Bento Gonçalves.

Bibliografia Sugerida:

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

_____. NBR 5410 – Instalações Elétricas em Baixa Tensão. Versão Corrigida: 2008. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

_____. NBR 5626. Instalações prediais de água fria e quente. Versão Corrigida: 2020. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

_____. NBR 6118 - Projeto de estruturas de concreto – Procedimento. Versão Corrigida: 2014. Rio de Janeiro: ABNT, 2014.

_____. NBR 13714 – Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

AZEREDO, Hélio Alves de. O edifício até sua cobertura. São Paulo: Edgar Blücher, 2002.

AZEVEDO NETO, J.M.; ALVAREZ G. A. Manual de hidráulica. São Paulo: Edgard Blücher; 2002.

BAUER, L. A Falcão. Materiais de construção. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

BENTO GONÇALVES. Lei Orgânica do Município de Bento Gonçalves e atualizações.

BENTO GONÇALVES. Lei Complementar nº 6, de 15 de julho de 1996. Institui o código de edificações de Bento Gonçalves e dá outras providências e suas alterações.

_____. Lei Municipal nº 313, de 04 de outubro de 1969. Institui Código de Posturas do Município e dá outras providências e suas atualizações.

CARDÃO, Celso. Técnica da construção. Belo Horizonte: Engenharia e Arquitetura, 1998.

CASACA, João Martins. Topografia geral. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

CREDER, Hélio. Instalações hidráulicas e sanitárias. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

_____. Instalações elétricas. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

GOLDMAN, Pedrinho. Introdução ao planejamento e controle de custos na construção civil. São Paulo: Pini.

IBAPE Leud. Inspeção predial. Check-up predial: guia da boa manutenção.

MATSUMOTO, Elia Yathie. AutoCAD 2004: fundamentos. São Paulo: Erica, 2003.

Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego e suas alterações/atualizações.

PINTO, Carlos de Sousa. Curso básico de mecânica dos solos: com exercícios resolvidos em 16 aulas. São Paulo: Oficina de Texto, 2002.

RIPPER, Thomaz. Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto. São Paulo: UFF, 2009.
TIGRE Tubos e Conexões. Catálogo Técnico.
VELLOSO, Dirceu de Alencar. Fundações. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS TÉCNICO AGRÍCOLA

Conteúdo Programático:

Solos: morfologia, classificação e fertilidade. Principais classes de solos no Rio Grande do Sul e sua distribuição. Manejo de Solos: amostragem, interpretação análises e preparo periódico primário e secundário. Práticas conservacionistas de solos. Manejo de cultivos. Nutrição de plantas. Fitopatologia.; Plantas daninhas. Entomologia. Manejo integrado de pragas, doenças e plantas daninhas. Criações. Irrigação e drenagem. Mecanização agrícola. Pós-colheita. Infraestrutura de lavouras. Desenvolvimento de cultivares. Experimentação agrícola. Análise e certificação de sementes. Beneficiamento e comercialização de grãos. Legislação e ética profissional. Extensão Rural. Agroindústrias. Mecanização agrícola. Assistência Técnica. Recursos hídricos. Uso sustentável de recursos hídricos. Uso racional da água. Qualidade da água. Outorga do direito de uso da água. Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Descarte de embalagens vazias de agrotóxicos. Lei 12.651/2012 (Código Florestal Federal). Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003.

Bibliografia Sugerida:

BERGAMIN FILHO, A. et al. Manual de fitopatologia. Agrolivros, 2009.
CARVALHO, Leonardo Bianco de , Plantas Daninhas / Editado pelo autor, Lages, SC, 2013 vi, 82 p. : 14,8x21,0 cm Boas Práticas Agropecuárias: bovinos de corte - Manual de Orientações 2ª edição revista e ampliada - Embrapa Gado de Corte - Campo Grande - MS 2011. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/897243/boas-praticas-agropecuarias-bovinos-de-corte-manual-de-orientacoes>.
BRASIL. Decreto nº 10.833, de 7 de outubro de 2021. Altera o Decreto nº 4. 074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989
_____. Lei Federal nº 12.651, de 26 de maio de 2012, Institui o Código Florestal Brasileiro e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm
_____. Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003. Dispõe sobre o Sistema Nacional de sementes e muda se dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2003.
_____. Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.
_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 76, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018.
COMISSÃO DE QUÍMICA E FERTILIDADE DO SOLO RS/SC. Manual de adubação e de calagem para os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo.
EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema brasileiro de classificação de solos. Embrapa Solos. Hortaliças em Conserva / Ana Cristina Richter Krolow. – Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 40 p. ; 16 x 22 cm. - (Agroindústria Familiar).
_____. Manual de Boas Práticas Agrícolas e Sistema APPCC Brasília: EMBRAPA/SEDE, 101 p. 2004. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/18226/1/MANUALBOASPRATICASAGRICAppcc.pdf>
EMATER/RS. Manual do Inseminador de Bovinos Rosa, Joanes Machado da. Fialho, Francisco Carlos Ortiz. Azevedo, Carlos Alberto Prates de. Folheto / 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.12287/40785>
SENAR. Implantação das boas práticas para produção de leite seguro e de qualidade: Guia do Instrutor. Brasília: SEBRAE / SENAR; Juiz de Fora : Embrapa Gado de Leite, 2013.
MACHADO, A. L. T.; REIS, Â. V.; MORAES, M. L. B.; ALONÇO, A. S. Máquinas para preparo do solo sementeira e adubação. Editora e Gráfica da Universidade Federal de Pelotas, 2008. STRECK, Edemar Valdir et al. Solos do Rio Grande do Sul. 2ª ed. Porto Alegre, 2008.
PEREIRA, M. N. et al.. Métodos e Meios de Comunicação em Extensão Rural. Emater/Ascar – RS. 2009. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/METODOSDEEXTENSAOGLOSSARIO.pdf

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Conteúdo Programático:

Segurança e Saúde no Trabalho. Direito do Trabalho. Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego e suas alterações/atualizações. Normas técnicas referentes à Segurança e Saúde no Trabalho. Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT). Comissão Interna de

Prevenção de Acidentes (CIPA). Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC). Mapas de riscos. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT). Campanhas preventivas e educativas (SIPAT). Ergonomia. Insalubridade e periculosidade. Acidente de trabalho e Comunicação sobre acidentes do Trabalho (CAT). Inspeção de equipamentos de combate a incêndio. Primeiros socorros. Legislação na área da Saúde e Medicina do trabalho. Análise de espaços para trabalhos específicos. Normas Brasileiras com relação a segurança de edificações, espaços públicos e de circulação restrita. Sinalização de Segurança e de advertência. Símbolos, pictogramas e mensagens de cuidado, restrição e cuidados no trabalho. Cores utilizadas para instalações de fluidos (água para combate a incêndio, vapor, gases, etc) Leitura e interpretação de desenhos de Arquitetura e Engenharia. Uso de cores para o correto descarte de resíduos sólidos (cores e procedimentos para descarte). Tipos de resíduos. Programa de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (PPPCI).

Bibliografia Sugerida:

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Normas Brasileiras e suas atualizações e revisões, em especial:

____NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Versão Corrigida: 2021

____NBR 9077. Saídas de emergência em edifícios. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

____NBR 12693. Sistemas de proteção por extintores de incêndio. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

____NBR 13714 – Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio. Rio de Janeiro, 2000.

____NBR-14280 - Cadastro de acidente do trabalho - Procedimento e classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

BINDER, M.C. et al. Árvore de causas – Método de Investigação de Acidentes de Trabalho. SP: Editora Limiar, 2000.

CAMPOS, Armando et al. Prevenção e controle de risco em máquinas, equipamentos e instalações. São Paulo: SENAC, 2006.

CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística. São Paulo: Atlas, 2008.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Coleção Medicina e Segurança do Trabalho. SP: Método, 2008. 2º Vol.

MAEMO, Maria et al. Lesões por esforço repetitivo (LER) e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT). Brasília: Ministério da Saúde, 2001. (Série A: Normas e manuais técnicos, nº 103).

MELO, Raimundo Simão de. Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador. São Paulo: LTR, 2003.

SALIBA, T.M. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA. Avaliação e controle dos riscos ambientais. São Paulo : LTr., 2006.

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. Manuais de Legislação Atlas (Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria 3214, de 8 de junho de 1978. São Paulo: Atlas, 2010. E suas atualizações.

SHERIQUE J. Aprenda como fazer: demonstrações ambientais, PPRA, PCMAT, PRG, LTCAT, Laudos Técnicos, PPP. Custeio da Aposentadoria Especial. LTr, 2010.

SOUZA, J e PEREIRA, J. Manual de auxílio na interpretação a aplicação da nova NR-10. LTr, 2005.

SPINELLI, Robson et al. Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos. São Paulo: SENAC, 2010.

TLVs e BEIs 2007 – Limites de exposição (TLVs) para substâncias químicas e agentes físicos e índices biológicos de exposição (BEIs). ABHO, SP.

ZOCCHIO, Álvaro. Como entender e cumprir as obrigações pertinentes a segurança e saúde no trabalho: um guia e um alerta para os agentes de chefia das empresas. São Paulo: LTR, 2002.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS TÉCNICO EM ARQUIVO

Conteúdos Programáticos:

Arquivos: origem, histórico, funções e princípios. Documento arquivístico. Ciclo vital dos documentos: teoria das três idades. Terminologia arquivística. Protocolo e métodos de arquivamento. Diagnóstico de arquivo. Gestão de documentos: produção, uso e destinação de documentos. Plano de classificação e tabelas de temporalidade. Descrição arquivística: Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Conservação e preservação de documentos de arquivo. Reprografia: microfilmagem e digitalização de documentos. Documento arquivístico digital. Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED). Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGADs). Preservação de documentos arquivísticos digitais. Legislação arquivística.

Bibliografia Sugerida:

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf

BELLOTO, Heloísa. Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

- CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Cláudia. Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Coletânea da legislação arquivística brasileira e correlata. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/coletanea-da-legislacao-arquivistica-e-correlata-1/conarq_legarquivos_jan_jul_2021.pdf
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis - RDC-Arq. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq_diretrizes_rdc_arq_resolucao_43.pdf
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). e-Arq Brasil: modelo de requisitos da sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/noticias/conarq-abre-consulta-publica-visando-a-atualizacao-do-e-arq-brasil/EARQ_v2_2020_final.pdf
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Glossário: documentos arquivísticos digitais. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde_2020_08_07.pdf
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/nobrade.pdf>
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf
- GONÇALVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 1998. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf2.pdf
- LOPES, Luís Carlos. A nova arquivística na modernização administrativa. 2. ed. Brasília: Projeto Editorial, 2009.
- LOPES, Luis Carlos. A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.
- PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- RONDINELLI, Rosely Curi. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- RONDINELLI, Rosely Curi. O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- SANTOS, Vanderlei Batista dos. Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística. 2.ed. Brasília: ABARQ, 2005.
- SANTOS, Vanderlei Batista dos. INNARELLI, Humberto Celeste. SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Arquivística: temas contemporâneos. Distrito Federal: SENAC, 2008.
- SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Conteúdo Programático:

CONTABILIDADE SOCIETÁRIA – Patrimônio e Variações Patrimoniais; Princípios de Contabilidade. Plano de Contas; Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrativo de Lucros e Prejuízos Acumulados, Demonstrativo dos Fluxos de Caixa; Demonstrativo do Valor Adicionado. Critérios de Avaliação de Componentes Patrimoniais; Registro de Operações Típicas de Empresa Privada; Depreciação, amortização e exaustão: conceitos, métodos e critérios de cálculo e contabilização; Provisões. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: Análise sob os aspectos horizontal e vertical; Índices e coeficientes financeiros, patrimoniais, de estrutura e econômicos. Evidenciação e interpretação.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO: Lei de Responsabilidade Fiscal e Alterações (Lei Complementar nº 101/2000): definição e considerações gerais; planejamento, receita, despesa, transparência e controle da gestão fiscal. Lei no 8.666/93 e alterações posteriores – Capítulos I, II, III, IV, V e VI. Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual. Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade NBC TSP número 01 até NBC TSP 21 e NBC T 16.11. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 8ª Edição – partes: Geral, I, II, III, IV e V - Parte Geral, Procedimentos Contábeis Orçamentários - Procedimentos Contábeis Patrimoniais– Procedimentos Contábeis Específicos. - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Notas explicativas às respectivas Demonstrações Contábeis.

Bibliografia Sugerida:

BRASIL. Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
CPC – Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Brasília, DF, dez. 2010.
FIECAFI. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as Sociedades, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP – 8ª Edição.
Normas Internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2013.
Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP Estrutura conceitual.
Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TSP número 01 até NBC TSP 21.
Normas Brasileiras de Contabilidade - NBCT 16.11.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS TÉCNICO EM CONTROLE DE SEMÁFORO

Conteúdo Programático:

Legislação de Trânsito, Código de trânsito, Das Normas Gerais de Circulação e Conduta. As regras de circulação dos espaços comuns aos pedestres e veículos. Das faixas especiais para pedestres, ciclistas, faixas especiais, faixa de contensão. Conhecimento dos elementos de fixação e suspensão de equipamentos de sinalização viária. Interpretação do desenho de circuitos elétricos, malhas e equipamentos elétricos e eletrônicos. Desenho técnico; representação de circuitos e projetos elétricos, nomenclatura e símbolos utilizados em representação gráfica. Eletricidade básica: circuitos de corrente contínua e corrente alternada; Lei de Ohm; resistores, capacitores e indutores; Leis de Kirchhoff; magnetismo e eletromagnetismo; princípios da corrente alternada e da corrente contínua. Grandezas elétricas; sistemas trifásicos. Medidas elétricas. Uso de Equipamentos de análise de propriedades elétricas (Multímetro).
Quadros de comando e de distribuição, temporização, chaveamento elétrico. Dispositivos de controle e de manobra em instalações elétricas. (disjuntoras, contadoras, interruptores, temporizadores, fusíveis, chaveamento, etc). Cores utilizadas e fios e cabos, placas de advertência e segurança. Instrumentos de medição, checagem de circuitos, erros comuns, sensibilidade, exatidão e classe de exatidão, escalas e ampliação de escalas. Luminotécnica: lâmpadas, reatores, luminárias e dimensionamento. Tipos e usos de lâmpadas (incandescentes, fluorescentes, led, vapor, etc). Eletrônica básica. Instalações elétricas de baixa e média tensão. Manutenção de máquinas e equipamentos elétricos ligados aos sistemas de comando de circulação viária. Conhecimento de equipamentos de segurança e ordenação de trânsito como: Controladores Semafóricos. Pórticos Semafóricos, Contadores Regressivos, Focos a LED e Botoneiras para Pedestres. Medição de energia elétrica. Qualidade de energia elétrica. Materiais e equipamentos elétricos (condutores, eletrodutos, chaves, conexões, emendas, acessórios e acabamentos). Ferramentas para a realização de Instalações elétricas de Baixa Tensão e Média Tensão. Aterramento e Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas. Principais conceitos de eletrônica Analógica e Digital. Acionamentos elétricos. Padrões de redes de distribuição de energia elétrica, dados, redes de lógica e de telefonia. Tipologia, instrumentos de verificação, ferramentas para execução e manutenção de redes e sistemas elétricos. Ferramentas de uso cotidiano nos serviços de manutenção de sinalização viária, equipamentos de proteção, isolamento e riscos do choque elétrico. Segurança em instalações e serviços em eletricidade. Normas Regulamentadoras. Ordem de Serviço. Área liberada. Responsabilidade na supervisão de grupos e equipes de trabalho.

Bibliografia Sugerida:

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Incluindo suas atualizações, correções e adendos, em especial:

_____. NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão. Versão Corrigida: 2008 Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

_____. NBR 5419 - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

_____. NBR 15889 - Sinalização semaforica viária — Módulo semaforico com base em diodos emissores de luz (LED) — Requisitos e métodos de ensaio. Rio de Janeiro: ABNT, 2019.

_____. NBR 7995 - Sinalização semaforica — Grupo focal semaforico em alumínio. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

ANEEL - Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST – Módulo 8 – Qualidade da Energia Elétrica, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Código de Trânsito Brasileiro e suas alterações/atualizações. Brasília, 1997.

MANUAL BRASILEIRO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA

Disponível em: http://www.sinaldetransito.com.br/normas/manual_de_sinalizacao_semaforica_DENATRA.pdf

Conjunto dos Manuais de Sinalização de Trânsito Brasileiro (Volumes I ao VII)

Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/noticias-senatran/manual-brasileiro-de-sinalizacao-de-transito-1>

Conjunto das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial:

NR 6 – Equipamento de Proteção Individual (EPI).

NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade.

NR 11 – Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais

NR 26 – Sinalização de Segurança,
NR-35 – Trabalho em Altura.
BALBINOT, Alexandre; Brusamarello, Valner J.; Instrumentação e Fundamentos de Medidas. V1. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
CAPUANO, Francisco G. e IDOETA, Ivan Valeije. Elementos de Eletrônica Digital. São Paulo: Érica, 2008
COTRIM, Ademaro A. M. B.; Instalações Elétricas. 5ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
FERRAMENTAS GERAIS – MRO: Manutenção Reparo Operações – Guia de Suprimentos Industriais. Porto Alegre/RS, 2002/2003.
FRANCHI, Claiton. Acionamentos Elétricos. São Paulo: Editora Érica, 2008.
GUSSOW, Milton. Eletricidade básica. São Paulo: Bookman, 2005.
KINDERMANN, Geraldo; Proteção de Sistemas Elétricos de Potência. V1. 3ª Ed., Florianópolis: Ed. do Autor, 2012.
MALVINO, Albert Paul. Eletrônica – Volumes 1 e 2. São Paulo: McGraw Hill, 2008.
OGATA, Katsuhiko. Engenharia de controle moderno. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2012.
O' MALLEY, John. Análise de Circuitos. São Paulo: McGraw Hill, 2008.
RIC-BT: Regulamento de Instalações Consumidoras em Baixa Tensão (CEEE, RGE e AES Sul)
RIC-MT: Regulamento de Instalações Consumidoras –Fornecimento em Média Tensão –Rede de Distribuição Aérea, 2004. (CEEE, RGE e AES Sul).
SADIKU, Matthew N. O. Elementos de Eletromagnetismo, 5ª ed., Porto Alegre: Bookman, 2012.
TORREIRA, Raul Peragallo. Instrumentos de medição elétrica. São Paulo: Hemus, 2008.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Conteúdo programático

Preparo de medicamentos e segurança no uso. Cuidados de enfermagem ao paciente com doenças crônicas e doenças transmissíveis. Doenças sexualmente transmissíveis (DST). Saúde da Criança, adolescente, adulto e Idoso: crescimento e desenvolvimento, exame físico, alimentação, avaliação e controle da dor, sinais vitais, cuidados de enfermagem aos problemas do recém-nascido, pré-escolar, escolar, adolescente, adulto e idoso. Especificidades Pediátricas das intervenções em enfermagem. Disfunção na criança e adulto: oxigênio, nutrientes, infecções, distúrbios e equilíbrio de líquidos e eletrólitos, gastrointestinal, cardiovascular, hematológica ou imunológica, oncológicas, geniturinária, cerebral, endócrina e tegumentar. Ética, Bioética e interdisciplinaridade. Código de Ética e Lei do Exercício profissional de Enfermagem. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Atenção à Saúde - Política Nacional de Humanização. Política Nacional de Segurança do Paciente. Programa Nacional de Humanização. Segurança do paciente e saúde do trabalhador. Diagnóstico e Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. Atenção ao Acidente Vascular Cerebral (AVC). Vacinação da criança, adolescente, adulto, gestante e idoso. Doação e Transplante de Órgãos e Tecidos.

Bibliografia sugerida:

Bioética e Interdisciplinaridade. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/bioetica/biosubj.htm>
BRASIL. Lei no. 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a Regulamentação do exercício da Enfermagem. Brasília, 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7498.htm
_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências.
_____. Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html.
Brunner & Suddarth - Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica - 2 Vols: Guanabara Koogan; 14ª edição (2020).
COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Resolução COFEN Nº 564/2017. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html.
_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Política Nacional de Humanização. Cadernos Humaniza SUS. Volume 2. Atenção Básica. 2010. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_humanizasus_atencao_basica.pdf
_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_diretrizes_terapeutica_atencao_integral_pessoas_infecoes_sexualmente_transmissiveis.pdf.
_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. HIV/Aids, hepatites e outras DST / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 197 p. il. - (Cadernos de Atenção Básica, n. 18) (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcd18.pdf.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança : crescimento e desenvolvimento / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012. 272 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, nº 33). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/caderno_33.pdf.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 176 p. : il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 162 p. : il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 35). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_35.pdf.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica : diabetes mellitus / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 160 p. : il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_36.pdf.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 128 p. : il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 37). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_37.pdf.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 116 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 39) . Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_39.pdf.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica : o cuidado da pessoa tabagista / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 154 p. : il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 40). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_40.pdf.

Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ministério da Educação. Guia para preparo de medicamentos injetáveis – Unidade de Dispensação Farmacêutica - HU-UFGD/Ebserh, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-centro-oeste/hu-ufgd/governanca/atencao-a-saude/GuiaParadiluiodemedicamentosinjetveisHU_UFGD1.edio.pdf

Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo. Uso seguro de medicamentos: guia para preparo, administração e monitoramento / Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo. – São Paulo: COREN-SP, 2017. Disponível em: <https://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/uso-seguro-medicamentos.pdf>

GARCIA, Clotilde Druck. Manual de Doação e Transplantes: Informações práticas sobre todas as etapas do processo de doação de órgãos e transplante. / Organizado por Clotilde Druck Garcia. – Porto Alegre: Libretos, 2017. Disponível em: <https://site.abto.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Manual-de-Doac%CC%A7a%CC%83o-e-Transplante-de-O%CC%81rga%CC%83os-2017-1.pdf>.

GOLDIN, José Roberto. Bioética: origens e complexidade. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/complex.pdf>

WILSON, D.; HOCKENBERRY, M.J.; RODGERES , C.C. Wong - Fundamentos de Enfermagem Pediátrica. Guanabara Koogan; 10ª edição (2018).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Conteúdo Programático:

Conceitos e fundamentos de tecnologia da informação, hardware e software. Sistemas operacionais Windows e Linux. Algoritmos e lógica de programação. Operadores e expressões. Estruturas de controle, seleção, repetição e desvio. Estrutura de arquivos. Paradigmas de programação. Programação orientada a objetos. Padrões de projeto. Gerenciamento de versões de software. Depuração de programas. Interpretação do funcionamento de programas, desenvolvidos em linguagens estruturadas ou orientadas à objeto. Banco de dados. Diagrama Entidade-Relacionamento. Mapeamento de objetos para o modelo relacional. SQL. Análise e projeto orientado a objetos com UML. Conceitos gerais de engenharia de software. Ciclo de vida de software. Processo de Desenvolvimento de Software. Prototipagem. Teste de Software. Métodos Ágeis. Desenvolvimento de Sistemas: projeto, implantação, manutenção e revisão. Sistemas legados. Manutenção de Software. Backup e Restore. Importação e Exportação de Dados. Automatização de tarefas. Sistemas Operacionais. Editores de Texto. Planilha Eletrônica.

Bibliografia Sugerida:

BEZERRA, Eduardo. Princípios de análise e projeto de sistemas com UML. 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier 2015. 398 p.

DEITEL, Paul; DEITEL, Harvey. Java: como programar. 10ª ed. São Paulo: Pearson, 2016. 970 p.

DELAMARO, Márcio Eduardo; MALDONADO, José Carlos; JINO, Mario. Introdução ao teste de software. 2ª ed. Rio de Janeiro : Elsevier, 2016.
ELMASRI, Ramez; NAVATHE, Shamkant B. Sistemas de banco de dados, 7ª ed. Editora Pearson, 2018.
FOWLER, Martin. UML essencial: um breve guia para linguagem padrão. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman 2011.
FRYE, Curtis. Microsoft Excel 2016. São Paulo: Bookman 2016.
GAMMA, Erich; HELM, Richard; JOHNSON, Ralph; VLISSIDES, John. Padrões de Projetos: soluções reutilizáveis de software orientado a objetos. Porto Alegre: Bookman 2011.
MICROSOFT CORPORATION . Documentação do Microsoft Office 365. Disponível a partir de <https://support.office.com>
LAMBERT, Joan; COX, Joyce. Microsoft Word 2013. Porto Alegre: Bookman 2013.
MANZANO, José Augusto N. G. Microsoft Excel 2019 avançado: em português. São Paulo: Erica 2019.
MANZANO, José Augusto N. G.; OLIVERIA, Jayr F. Algoritmos : lógica para desenvolvimento de programação de computadores. 28ª ed. São Paulo : Érica, 2016
MARTIN, Robert C. Código Limpo: Habilidades Práticas do Agile Software. [S. l.]: Alta Books, 2009.
MICROSOFT CORPORATION . Documentação do Microsoft Office 365. Disponível a partir de <https://support.office.com>
PIVA JUNIOR, Dilermando et al. Algoritmos e programação de computadores. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier 2019
SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de software, 10ª ed. Editora Pearson, 2019.
STAIR, Ralph, M. REYNOLDS, George W. Princípios de Sistemas de Informação - Tradução da 11ª edição da norte-americana. Cengage Learning Brasil, 2016.
TANENBAUM, Andrew S.; BOS, Herbert. Sistemas operacionais modernos. 4ª ed. São Paulo, SP: Pearson 2016. 758 p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS TÉCNICO EM RADIOLOGIA

Conteúdo Programático:

Preparo e recepção de pacientes para realização de exames radiológicos. Terminologias de movimentos e anatômicos. Anatomia geral do corpo humano; morfologia, fisiologia e anatomia radiológica; sistemas do corpo humano. Planos, cortes e linhas do corpo. Princípios de posicionamento do paciente. Marcadores de filme e identificação do paciente. Técnica radiográfica e qualidade da imagem. Estruturas evidenciadas; colimação e localização do Raio Central; fatores de exposição; respiração. Incidências radiográficas utilizadas na Radiologia Convencional: básicas e especiais (exames simples, pediátricos e de urgência); nome das incidências. Exames contrastados e meios de contraste. Princípios de formação da imagem, critérios de avaliação, informática geral e médica. Limpeza e manutenção das processadoras: écrans, câmara escura, produtos químicos e manuseio dos mesmos; processo de revelação do filme; tipos e tamanhos de filmes e chassis. Processo de aquisição comunicação e arquivamento de imagem digital. Princípios, terminologia e proteção radiológica. Dosimetria e equipamentos de radiologia; aparelhos fixos e portáteis. Equipamentos e exames em Mamografia. Física das radiações; Radioatividade. Conhecimentos de radioproteção e efeitos biológicos das radiações. Código de Ética Profissional, atribuições do Supervisor das Aplicações das Técnicas Radiológicas e exercício da profissão de Técnico em Radiologia.

Bibliografia Sugerida:

BIASOLI JR, A. Técnicas Radiográficas. 2. ed. – Rio de Janeiro: Rubio, 2015.
BONTRAGER, Kenneth L. Tratado de técnica radiológica e base anatômica. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan; 9ª edição (20 agosto 2018).
BRASIL. Lei nº 7.394/85 e atualizações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7394.htm.
_____. Decreto nº 92.790/86 e atualizações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D92790.htm.
_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora nº 32 e portarias. Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde.
_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. Comissão Nacional de Energia Nuclear. Apostila Educativa. Radiações Ionizantes e a vida. Disponível em: <https://www.gov.br/cnen/pt-br/material-divulgacao-videos-imagens-publicacoes/publicacoes-1/radiacoesionizantes.pdf>
_____. Ministério da Saúde. INCA. Mamografia: da prática ao controle. Recomendações para profissionais da saúde. 2007. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//mamografia-pratica-controle-2007.pdf>
_____. Ministério da Saúde. ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada nº 330/2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-330-de-20-de-dezembro-de-2019-235414748?inheritRedirect=true>
Ministério da Saúde. ANVISA. Instrução Normativa nº 52/2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-52-de-20-de-dezembro-de-2019-235414293#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20requisitos%20sanit%C3%A1rios%20para,convencional%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A1ncias.>

_____. Ministério da Saúde. ANVISA. Instrução Normativa nº 54/2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-54-de-20-de-dezembro-de-2019-235414431#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20estabelece,respectivas%20periodicidades%2C%20toler%C3%A2ncias%20e%20n%C3%ADveis>

CONTER. Resolução CONTER nº 11/2011. Disponível em: <http://www.conter.gov.br/uploads/legislativo/n.112011.pdf>

Resolução CONTER nº 15/2011. Disponível em: <http://www.conter.gov.br/uploads/legislativo/codigodeetica.pdf>.

NETTER, F. H. Atlas de Anatomia Humana. 7. ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

NOVELLINE, R. A. Fundamentos de Radiologia de Squire. 5. ed. – Porto Alegre: Artmed, 1999.

OKUNO, E. Radiação: Efeitos, Riscos e Benefícios. Oficina de Textos, 2018.

TAUHATA, L.; SALATI, I.; DI PRINZIO, R.; DI PRINZIO, A. Radioproteção e Dosimetria: Fundamentos. CNEN. 10 revisão: Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://appasp.cnen.gov.br/seguranca/documentos/FundamentosCORv10.pdf>

TORTORA, G. J. Corpo Humano: Fundamentos de anatomia e fisiologia. 10. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2016.

WHITLEY, C. Posicionamento Radiográfico. 12 ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS TÉCNICO EM TURISMO

Conteúdo Programático:

Planejamento e Gestão do Turismo Responsável e Sustentável. Sistema de Turismo. Marketing e Segmentação do Turismo, Gestão de Projetos e Turísticos. Planejamento e Organização de Eventos. Legislação aplicada ao Turismo. Políticas Públicas. Estrutura e Política do Turismo no Brasil.

Bibliografia Sugerida:

BENI, Mário C. Análise Estrutural do Turismo. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

_____. Políticas e Planejamento de Turismo no Brasil. São Paulo: Aleph, 2006.

BRAGA, Débora Cordeiro. Planejamento Turístico: Teoria e Prática. São Paulo: Elsevier, 2007.

BRASIL. LEI nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.

DIAS, Reinaldo; CASSAR, Maurício. Fundamentos do Marketing Turístico. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2005

GIACAGLIA, Maria Cecília. Gestão Estratégica de Eventos. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2010.

FERNANDES, Ivan. Planejamento e Organização do Turismo. São Paulo: Elsevier, 2011

MOTA, Keila Cristina Nicolau. Marketing Turístico. São Paulo: Atlas, 2001.

NETTO, Alexandre Panosso, ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (editores). Produtos Turísticos e Novos Segmentos de Mercado. São Paulo: Manole, 2015.

ZANELLA, Luiz Carlos. Manual de Organização de Eventos. Planejamento e Operacionalização. São Paulo: Ed. Atlas, 2004

WOILER, Samsão/ MATHIAS, Washington. Projetos: Planejamento, Elaboração e Análise. Editora Atlas, São Paulo, 2010

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS TÉCNICO TRIBUTÁRIO

Conteúdo Programático:

Dos Crimes Contra a Ordem Tributária. Dos Crimes Contra a Economia e as Relações de Consumo. Direito Tributário. Tributos. Contribuintes. Responsáveis. Fato Gerador. Exceções à regra de tributar. Obrigações. Competências de tributar. Responsabilidade na gestão fiscal. Lei de Improbidade Administrativa: Capítulo II – Dos Atos de Improbidade Administrativa. Capítulo III – Das Penas. Constituição da República Federativa do Brasil: Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Da Tributação e Orçamento. Lei Orgânica do Município. Código Tributário Municipal

Bibliografia Sugerida:

BRASIL. Lei Complementar n 116/2003 - Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências e alterações.

_____. Lei n 5.172/1966 - Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios; BRASIL.

_____. Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990. Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.

_____. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 11. Da Tributação e Orçamento - Art. 145 a 169).

Lei Orgânica do Município de Bento Gonçalves

Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 183, de 27 de dezembro de 2013.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS TESOUREIRO

Conteúdo Programático:

Administração Geral. Contabilidade Básica. Controles financeiros. Fluxo de caixa. Gestão de tesouraria. Noções básicas sobre Contabilidade Aplicada ao Setor Público: escrituração de fatos contábeis, natureza da informação contábil: patrimonial, orçamentária e de controle. A classificação da receita orçamentária e Classificações da Despesa Orçamentária. Noções básicas sobre tecnologia da informação. Lei Orgânica Municipal. Redação Oficial.

Bibliografia Sugerida:

BENTO GONÇALVES. LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES. Disponível em: <http://sapl.camarabento.rs.gov.br/ta/101/text>
BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade aplicada ao setor público: abordagem objetiva e didática. 3. São Paulo: Atlas 2021.
CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público. 7. São Paulo: Atlas 2018.
FREZATTI, Fábio. Gestão do fluxo de caixa: perspectivas estratégica e tática. 2. São Paulo: Atlas 2014.
GELBCKE, Ernesto Rubens et al. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, c2018.
IUDÍCIBUS, Sergio de. Análise de balanços. 11. Rio de Janeiro: Atlas 2017.
Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP – 8ª Edição. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:31484
MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis. 8. São Paulo: Atlas 2019.
MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 12. Rio de Janeiro: Atlas 2018.
MARTINO, Agnaldo. Português: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva. 8. São Paulo: Saraiva 2019.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Administração pública: foco na otimização do modelo administrativo. São Paulo: Atlas 2014.
SOBRAL, Filipe; Peci, Alketa. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. Editora Pearson, 2013.
BENTO GONÇALVES. Lei Orgânica do Município de Bento Gonçalves e atualizações.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS TOPOGRAFO

Conteúdo Programático:

Unidades de medidas lineares, angulares e superficiais. Conhecimento e utilidade de ferramentas e equipamentos utilizados para a execução de serviços de levantamentos topográficos em especial para a realização de nivelamento, representação de perfis, levantamento cadastral e imobiliário, bem como locação de vias e traçados rurais e urbanos. Tipos e usos de equipamentos de mensuração analógicos e digitais/eletrônicos. Trigonometria. Sistemas de coordenadas, efeitos da curvatura da terra, orientações e escalas. Planimetria: Conceito de cota, altitude, diferença de nível, declividade. Formas de representar o relevo. Modelo numérico do terreno – MNT. Plantas topográficas. Softwares gráfico AutoCAD e de geoprocessamento ArcGis. Programas de processamento de dados topográficos. Geoprocessamento. Batimetria. Divisão de áreas, loteamentos e locação de obras. Georreferenciamento de imóveis. Tipos de erros. Medições de ângulos, distâncias, áreas, coordenadas, rumos e azimutes. Altimetria: nivelamento geométrico e trigonométrico. Erros e Correções dos levantamentos topográficos. Interpretação e elaboração, atualização e representação de plantas topográficas, representação de planimetria e altimetria. Normas Técnicas. Aplicação e metodologias de sistemas de posicionamento por satélite. Projeto Geométrico de vias, planimetria e altimetria, alinhamentos, perfis, e seções transversais. Utilização e características da Instrumentação topográfica, metodologia e técnicas de tomadas de dados de campo. Plano Diretor Urbano Ambiental de Bento Gonçalves. Espaço urbano e o planejamento estratégico. Política imobiliária e fundiária e de uso do solo. Peritagem. Segurança e Higiene no Trabalho. Normas Reguladoras do Ministério do Trabalho. Conjunto da legislação Municipal de Bento Gonçalves e as normas técnicas vigentes. Tipos, propriedades e funções de mapas. - Topografia aplicada ao georreferenciamento. - Técnicas cartográficas. - Ajustamentos de observações. - A representação gráfica. - Estudos de terraplenagem. - A topografia aplicada às obras civis. - Interpretação de formas de relevo e suas denominações, elementos de vegetação e hidrografia. - A locação para implantação de obras de infraestrutura. Parcelamento territorial. Desmembramentos. Retificação de imóveis. Contrato de compra e venda. Escritura de posse. Escritura pública. Desapropriação. Cadastro Técnico Multifinalitário e suas aplicações.

Bibliografia Sugerida:

BENTO GONÇALVES. Lei Complementar nº 6, de 15 de julho de 1996. Institui o código de edificações de Bento Gonçalves e dá outras providências e suas alterações.

_____. Lei Municipal nº 313, de 04 de outubro de 1969. Institui Código de Posturas do Município e dá outras providências e suas atualizações.

_____. Lei Complementar nº 200, de 27 de julho de 2018. Dispõe sobre a ordenação territorial do município de Bento Gonçalves e sobre a política de desenvolvimento municipal e de expansão urbana, aprova o plano diretor municipal e dá outras providências, e suas alterações.

ABNT – NBR 6492 – Documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos – Requisitos/ Representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

ABNT – NBR 14166: - Rede de referência cadastral municipal: procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 2022.

ABNT – NBR 13133: - Execução de levantamento topográfico. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

ABNT – NBR 15777 - Convenções topográficas para cartas e plantas cadastrais. Rio de Janeiro: ABNT, 2009.

ABNT – NBR 16752 - Desenho técnico - — Requisitos para apresentação em folhas de desenho. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ABNT – NBR 16861 - Desenho técnico — Requisitos para representação de linhas e escrita. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ABREU, Carlos Ferreira de. Elementos de geometria analítica. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1960.

BORGES, Alberto de Campos. Topografia: volume I e II. São Paulo: Blucher, 2013.

BORGES, Alberto de Campos. Topografia aplicada à engenharia civil. São Paulo: Edgard Blücher, 1992. 2v.

CASACA, João Martins. Topografia geral. Rio de Janeiro: [s.n.], 2017.

CABRAL, Cesar Rogério; HASENACK, Markus. Poligonais: topografia e agrimensura para cursos técnicos. Florianópolis: IFSC, 2018. 58 p. Disponível em: <http://sites.florianopolis.ifsc.edu.br/agrimensura/livro-digital-poligonais/>

COELHO JÚNIOR, José Machado. Topografia geral / José Machado Coelho Júnior, Fernando Cartaxo Rolim Neto, Júlio da Silva Correa de Oliveira Andrade. Recife: EDUFPE, 2014.

COLLISCHONN, Carolina. Desenho assistido por computador: topografia e agrimensura para cursos técnicos. Florianópolis: IFSC, 2018. 57 p. Disponível em: <http://sites.florianopolis.ifsc.edu.br/agrimensura/livro-digital-desenho-assistido-por-computador/>

COMASTRI, José Anibal. Topografia. 3. ed. Viçosa: UFV, 2005.

ESPARTEL, Lélis. Curso de topografia. 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1980.

ESPARTEL, Lélis. Caderneta de campo. 11. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

FRANÇA, Rovane Marcos de et al. Levantamento de detalhes: topografia e agrimensura para cursos técnicos. Florianópolis: IFSC, 2018. 22 p.
Disponível em: <<http://sites.florianopolis.ifsc.edu.br/agrimensura/livro-digital-levantamento-de-detalhes/>>.

FRAGA, Angelo Martins et al. Introdução à altimetria: topografia e agrimensura para cursos técnicos. Florianópolis: IFSC, 2018. 39 p. Disponível em: <http://sites.florianopolis.ifsc.edu.br/agrimensura/livrodigital-introducao-aaltimetria/>

FRANÇA, Rovane Marcos de et al. Princípios de geodésia elementar: topografia e agrimensura para cursos técnicos. Florianópolis: IFSC, 2018. 57 p. Disponível em: <http://sites.florianopolis.ifsc.edu.br/agrimensura/livrodigital-principios-de-geodesia-elementar/>

GEMAEL, Camil. Introdução à geodésia física. Curitiba: UFPR, 2002.

GONÇALVES, Evelin Moreira; BRASIL, Jean Wagner; DE PAULA NETO, Leonel Euzébio. Desenho técnico aplicado à topografia: topografia e agrimensura para cursos técnicos. Florianópolis: IFSC, 2018. 44 p. Disponível em: <http://sites.florianopolis.ifsc.edu.br/agrimensura/livro-digital-desenhotecnico-aplicado-atopografia/>

GONÇALVES, José Alberto. Topografia conceitos e aplicações. 3. ed. Lisboa: Lidel, 2012.

IBGE. Departamento de Cartografia. Noções básicas de cartografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 130 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ManuaisdeGeociencias/Nocoess%20basicas%20de%20cartografia.pdf>

IBGE. Coordenação de Cartografia. Avaliação da qualidade de dados geoespaciais. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 90 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2101152&view=detalhes>

KLEIN, Ivandro; GUZZATTO, Matheus Pereira. Ajustamento de observações e redes. Florianópolis: IFSC, 2018. 74 p

NRS - Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

NETTO, Cláudia Campos. Autocad 2018 para Windows. São Paulo: Erica/Saraiva, 2017.

PENTEADO, José de Arruda. Curso de desenho. 10. ed. São Paulo: Nacional, 1972. REIS, Alcir Garcia. Geometrias planas e sólidas. Porto Alegre: Bookman, 2014.

SILVA, Irineu. Topografia para engenharia. 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2015.

SILVEIRA, Samuel João da. Aprendendo Autocad 2017 3d Com o Cadinho: Um Professor 24 Horas. Ed. Ciência Moderna, 2017.

TULER, Marcelo. Fundamentos de topografia. Porto Alegre: Bookman, 2013.

TULER, Marcelo. Fundamentos de Topografia / Marcelo Tuler, Sérgio Saraiva, Bookman, Ed. Grupo A, 2014.

VEIGA, Luis Augusto Koenig. Fundamentos de Topografia / Luis Augusto Koenig Veiga, Maria Aparecida Zehnpfennig Zanetti, Pedro Luis Faggion; UFPR, 2012. 288p.